**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM JABOATÃO DOS
GUARARAPES: O REAL E O PROCLAMADO**

**INCLUSIVE EDUCATION POLICY IN THE JABOATÃO GUARARAPES: THE
REAL AND THE PROCLAIMED**

Ednéa Rodrigues Albuquerque¹
Laêda Bezerra Machado²
Lia Matos Brito Albuquerque³

Resumo

Este artigo analisa a atual política de educação inclusiva no município do Jaboatão dos Guararapes-PE. Utilizou-se a análise documental para se identificar como se deu a adesão e implementação da recente política de educação inclusiva naquele município. Constatou-se que essas políticas configuram o discurso do politicamente correto, uma vez que se coadunam com os ditos legais, proclamados, em âmbito federal e estadual, para com os princípios inclusivos. No entanto, apenas os discursos legais e implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas não viabilizam a educação inclusiva. Portanto, faz-se necessário refletir sobre os mecanismos de acompanhamento dos projetos de educação inclusiva vigentes em Jaboatão dos Guararapes-PE. .

Palavras-chave: Políticas educacionais; Inclusão; Jaboatão dos Guararapes.

Abstract

This article analyzes the current inclusive education policy in the municipality of Jaboatão Guararapes-PE. Used the document analysis to identify how was the adherence and implementation of the recent inclusive education policy that city. It was found that these policies constitute the discourse of political correctness as it is in accordance with the legal said, proclaimed at the federal and state level, towards the principles of inclusion. However, only the legal discourse and implementation of the Educational Service Specialist (ESA) in schools does not enable inclusive education. It is necessary to reflect on the monitoring mechanisms of inclusive education projects existing in Jaboatão Guararapes-PE

Keywords: Educational Policies; Inclusion; Jaboatão Guararapes.

Introdução

¹ Doutora em Educação pela UFPE, técnica em Educação da Secretaria de Jaboatão dos Guararapes, PE - Brasil, e-mail: ednearo7@hotmail.com

² Doutora em Educação; Professora do Depto. de Adm. Escolar e Plan. educacional – DAEPE - Programa de Pós-graduação em Educação UFPE; Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq; E-mail: laeda01@gmail.com

³ Doutora em Educação; Professora do Centro de Educação da UECE. E-mail: liamatosbrito@yahoo.com.br

Na atualidade, o uso do termo inclusão assume um caráter polissêmico. Ainscow (2009) admite sua complexidade e em relação aos alunos com deficiência destaca, que, nas instituições escolares, suas deficiências têm sido mais citadas dos que suas potencialidades.

O autor destaca o Movimento Mundial da Educação para Todos, que foi inspirado em duas importantes conferências realizadas em Jomtien, na Tailândia (1990) e Dacar, no Senegal (2000). O teor das declarações, que foram produzidas nesses eventos, possibilitou debates e reflexões relativas à garantia mais efetiva do direito à educação, nos países mais pobres do mundo. Sob essa mesma ótica, diversos estudiosos começaram a examinar a situação das escolas e de outros meios, que contribuem para a educação nessas sociedades.

Os dois eventos acima citados trouxeram benefícios para a agenda educacional internacional, no entanto, a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) contém uma proposta mais sedimentada nos princípios e nos fundamentos inclusivos. Em linhas gerais, o documento proclama, que os aprendizes com necessidades educacionais especiais sejam incluídos nos planos locais e nacionais de educação, o que exige a abertura de todas as escolas, que devem se transformar em centros prazerosos de ensino-aprendizagem. A Declaração considera indispensável promover a inclusão de todas as crianças nas escolas e, conseqüentemente, cada país precisa reformar seu sistema educacional para concretizar esse desafio.

No Brasil, as políticas de educação para as pessoas com deficiência foram profundamente influenciadas pelos movimentos internacionais. Até 2008, no país, prevaleceu a Educação Especial definida como modalidade, no âmbito da Educação Básica. O atendimento educacional previsto para as pessoas com deficiência na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Nº. 9394/96 e em outros documentos legais até aquele período era realizado, predominantemente, em escolas regulares e/ou escolas especiais, classes especiais, salas de recursos, atendimento itinerante, e outros organizados pelas redes de ensino. Havia o que alguns autores, como Mendes (2002), denomina de inclusão parcial.

As políticas educacionais implementadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) transformaram a modalidade Educação Especial no que, hoje, se denomina Educação Inclusiva. Essas políticas preconizam que todos os alunos da educação especial em idade escolar obrigatória frequentem as escolas regulares. O Decreto Nº 6.571/2008 além de propagar a inclusão total, teve no Atendimento Educacional Especializado (AEE) sua centralidade. Trata-se, conforme os ditames da política educacional

vigente, de um atendimento complementar ou suplementar à formação do aluno com deficiência na escola regular. Tendo em vista esse novo contexto e suas possíveis interferências, a pesquisa que deu origem a este artigo analisou a prática inclusiva no interior da rede pública municipal de ensino do Jaboatão dos Guararapes, o potencial inclusivo do AEE no espaço da escola regular. Trata-se de uma pesquisa abrangente, no entanto, nos limites deste texto, focaliza-se a atual política de educação inclusiva no município do Jaboatão dos Guararapes, ou seja, aborda-se como o sistema em foco recepcionou e implementou essa política.

Procedimentos metodológicos

Utilizou-se a análise documental para se identificar como se deu a adesão e implementação da atual política de educação inclusiva em Jaboatão dos Guararapes-PE.

Ludke e André (1986) afirmam que a análise documental constitui um instrumento indispensável à pesquisa qualitativa seja para complementar informações obtidas, seja para desvelar aspectos novos de um tema ou problema. Utiliza materiais que não receberam tratamento analítico.

Os documentos são registros escritos que oferecem informações em prol da compreensão de fatos e relações, isto é, possibilitam o conhecimento de ações e/ou situações vivenciadas em determinado período, reconstruindo seus antecedentes, uma vez que revelam aspectos de determinados grupos sociais em um tempo.

Além de documentos nacionais foram selecionados como base para compreensão da política inclusiva local os seguintes documentos: De Raízes a Frutos na busca de saber viver um programa de Ensino Democrático 1989 – 1992 (1992); o Plano Municipal de Educação (2011-2020), a atual Proposta Curricular vigente no município (2011). Esse material foi lido e relido para se construir/reconstruir o processo de atendimento educacional às pessoas com deficiência no município, com ênfase ao modo como a política educacional inclusiva nacional foi estabelecida e implementada no município.

Jaboatão dos Guararapes: contextualização e estrutura da Educação Inclusiva

Jaboatão dos Guararapes é um município situado no litoral do Estado de Pernambuco e é a segunda economia desse Estado. Embora ocupe posição econômica privilegiada, tem investido de forma incipiente na qualidade de vida da população, o que pode ser comprovado nos principais indicadores sociais e na organização urbana. Entre os problemas enfrentados pelo Município destacam-se: a complexa desorganização do espaço urbano e da ocupação dos espaços públicos (clandestina e irregular); a baixa qualidade do ensino, expressa nos indicadores nacionais.

Até o final dos anos 1980, a Educação Especial no município pautava-se no modelo clínico, com ênfase na escola especial e classes especiais. Ou seja, os atendimentos dos alunos estavam mais voltados para as áreas de saúde, nos setores de Fisioterapia e Fonoaudiologia. A Escola Especial estava responsável diretamente pela educação dos alunos com deficiência, fortalecendo a permanência duradoura desses sujeitos na instituição.

As interações entre a Educação Especial e ensino regular comum ocorriam de forma tímida, daí raros casos de alunos matriculados serem encaminhados para este último. Constatava-se que as possibilidades de retorno à Escola Especial desses alunos eram sempre recorrentes, diante da retórica das impossibilidades da aprendizagem e da necessidade contínua dos atendimentos clínicos.

Nos anos 2000, o setor responsável pela condução de ações da Educação Especial no âmbito municipal passa a ser o Departamento de Educação Especial (DEE). Em relação ao processo de acompanhamento ao docente na Rede Municipal de Ensino, o DEE promovia visitas de assessoria técnica pedagógica às escolas com alunos em processo de inclusão, buscando conhecer as dificuldades, criando um espaço de escuta e orientação aos professores.

Quanto à escolarização dos alunos, que chegavam às instituições de ensino com diagnóstico clínico, a orientação do DEE era que a supervisora escolar realizasse uma avaliação de cunho pedagógico, seguida de encaminhamento à assessoria pedagógica do Departamento. Outra situação refere-se à criança que estava frequentando o Ensino Fundamental sem laudo médico. Nesse caso, a orientação para o professor era que fizesse observação sistemática do aluno, registrando os dados relevantes sobre o mesmo, que serviriam como referência para as decisões de natureza pedagógica e, quem sabe, posteriores encaminhamentos.

No contexto atual no Município, a Educação Especial está sob responsabilidade do Núcleo de Educação Especial (NEE), vinculado à Gerência de Ensino e à Coordenação do

Ensino Fundamental, que tem como principais atribuições: elaborar a política municipal de educação especial em consonância com as diretrizes da política nacional e estadual; acompanhar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência durante a inclusão; sistematizar o processo de formação continuada na rede de ensino, de forma articulada entre as coordenações da gerência de ensino.

Pode-se considerar que, nos últimos quatro anos, dentre as principais ações para a modalidade Educação Especial, no Município de Jaboatão dos Guararapes, destacam-se seguintes ações: formação continuada; redirecionamento normativo e institucional; e inter-setorização.

Em relação à formação continuada aos profissionais da educação, salientam-se as atividades voltadas para professores regentes, estagiários, gestores, supervisores escolares; monitoramento pedagógico às escolas através das Coordenadoras Educacionais do NEE, que estão subdivididas por Grupo de Trabalho (GTs) nas áreas de deficiência (Intelectual, Autismo, Surdez, Visual, Física e Múltipla); publicação de material para professores (SEE, 2013)

Quanto ao redirecionamento normativo e institucional, ocorreu a reorganização do Centro de Reabilitação em Educação Especial (CREE) para Centro de Atendimento Educacional Especializado e implantação das salas multifuncionais.

Em nível de inter-setorização ocorreram: parceria com a Secretaria de Saúde para avaliação diagnóstica e possíveis intervenções junto aos alunos com deficiência da rede municipal; contratação de estagiários para acompanhamentos aos alunos com deficiência em processo de inclusão; articulação com a Secretaria Municipal de Promoção Humana e Coordenação da Pessoa com Deficiência; organização e realização da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência; articulação com a Gerência da Educação Especial da Secretaria Estadual de Educação de PE - Projeto Pacto à Diferença e articulação com a Gerência da Educação Especial da Secretaria Municipal de Recife - Programa Educação Inclusiva - Direito à Diversidade.

Conforme dados do NEE, o município possuía no início do ano de 2012 544 (quinhentos e quarenta e quatro) alunos com deficiência, matriculados nessas escolas, distribuídos da seguinte forma: 40 alunos estavam matriculados na Educação Infantil; 432 no Ensino Fundamental e 72 estão matriculados em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quanto às áreas específicas por deficiência grupo continha: 51 alunos com deficiência

auditiva; 362 alunos com deficiência intelectual; 20 alunos com deficiência visual; 43 alunos com deficiência física e 77 alunos com deficiência múltipla.

Desde 1990, as iniciativas da gestão no campo da Educação Especial estão acompanhando o discurso da inclusão e educação para todos. Embora seja propagada essa retórica do acolhimento de todos os alunos, independentemente de suas diferenças a escola e seus profissionais não parecem preparados para tornar a inclusão efetiva.

Políticas municipais de Educação Inclusiva

No Brasil, a legislação educacional e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010) definem a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, cujo princípio orientador é a inclusão.

À luz dessas considerações, a Secretaria Executiva de Educação - NEE adota como princípio basilar que todas as crianças, independentemente de sua etnia, gênero, classe social ou características individuais, têm o direito de estar, permanecer e aprender na escola de maneira exitosa. A convicção de que a educação é construída por indivíduos e coletividades, que criam e recriam seus espaços e suas culturas, fortalece os princípios norteadores da Educação e da Educação Especial.

Assumindo tal concepção, as intencionalidades que vêm norteando a implementação das políticas públicas do município para a Educação Especial objetivam: assegurar a educação como um direito, articulado à garantia dos direitos fundamentais e afirmar a escola pública como espaço desse direito; reconhecer que a pessoa humana é um ser com potencialidade; considerar a política educacional no processo de aprendizagem nas escolas; valorizar as inovações e o uso das modernas tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão; garantir, na escola pública, uma educação de qualidade social, com dignidade; considerar a cultura como a grande matriz do conhecimento; reconhecer e respeitar a diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, de livre orientação sexual, de gênero e de pessoas com deficiência.

Na perspectiva da educação inclusiva, os eixos, que subsidiam as inter-relações entre o Governo Federal, Estadual e Municipal para a Educação Especial, objetivam garantir: o acesso à educação e permanência na escola com dignidade; que o ensino e a aprendizagem ocorram nas escolas como resultado do envolvimento de toda a comunidade escolar; que os

espaços físicos estejam pautados nos critérios de acessibilidade e, ao mesmo tempo, favoreçam e disponibilizem materiais pedagógicos diversificados e espaços de convivência; a construção dos princípios da gestão democrática e participativa, em rede; o direito à educação profissional alinhada às políticas de inclusão.

O Município do Jaboatão dos Guararapes reafirma em sua proposta curricular que a educação deve estar pautada na percepção crítica da sociedade, com seus problemas, valores, objetivos e ideias.

Em relação à Educação Especial, a proposta curricular reitera seus princípios, a superação de uma formação desigual, segregativa e desumana. Considera que a escola deve ser um lugar para a convivência democrática e construção da cidadania. Consequentemente, o conhecimento, a formação, as práticas pedagógicas e a avaliação devem garantir o processo de humanização do sujeito capaz de intervir na realidade.

Pode-se, assim, dizer que a fundamentação da proposta curricular do Município se aproxima dos princípios estabelecidos pelas DCNs (2001). Portanto, a Educação Especial deve ser organizada nos sistemas de ensino, constituídos sobre o tripé: preservação da dignidade humana; busca da identidade; e exercício da cidadania.

As orientações postuladas na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010) inspiram os sistemas públicos de ensino a organizar e implantar o AEE como um serviço que se constitui em suporte nas instituições, com o objetivo de suplementar e complementar a aprendizagem do seu público: alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades.

Tendo em vista o direito à educação, à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, tornam-se necessárias a sistematização e organização dos serviços especializados, a fim de atender às diversas demandas dos alunos com deficiência matriculados na educação básica.

Compreende-se que se constitui como emergente a inclusão do aluno com deficiência na rede pública municipal. O incentivo dado às ações voltadas para as instituições de ensino através de outro serviço especializado - sala multifuncional - efetiva-se como uma medida propositiva, no cenário educacional. A ampliação das condições do atendimento especializado na Rede Municipal de Ensino contribui para que as condições dos processos de ensino e aprendizagem sejam legitimadas, tornando efetivo o compromisso social e político com o desenvolvimento integral e escolar dos alunos com deficiência.

Percebe-se que, ao adentrar as questões específicas da inclusão do aluno com deficiência no Ensino Fundamental e Educação Infantil, torna-se emergente a promoção de programas e projetos para a formação inicial e continuada do docente e o atendimento ao aluno em processo de inclusão.

Para garantir o atendimento educacional especializado na rede de ensino, a LDBEN, Nº. 9394/96 destaca a necessidade do apoio pedagógico aos alunos com deficiência. No entanto, não oferece detalhes sobre essa forma de apoio.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) esclarecem que o serviço educacional de apoio especializado diversificado deverá ser oferecido em escola comum para responder às necessidades educacionais especiais do educando.

De acordo com as bases legais em vigor, que fundamentam e sustentam a implantação de Centros de Atendimento Educacional Especializado, destacam-se: a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2010), o Decreto Nº. 6.571/2008, que dispõe sobre a política de financiamento e do atendimento educacional especializado; a Resolução CNE/CEB Nº. 4/2009 institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado - AEE, na Educação Básica.

As considerações sobre o atendimento educacional especializado, na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2010), mostram a necessidade de disponibilizar programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, técnicas e tecnologia assistida. Especifica que [...] “O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2010, p. 21).

O Município do Jaboatão dos Guararapes iniciou a implantação do Centro de Atendimento Educacional Especializado - CAEE, na Regional Jaboatão/Centro, no Centro de Reabilitação e Educação Especial - CREE. Instituição que, no período de 1996 a 2010, manteve a escolarização dos alunos com deficiência no modelo de classes especiais.

O AEE requer uma ampla variedade de recursos e serviços educacionais, visando atender a diversidade dos docentes e discentes nos estabelecimentos de ensino. Logo, a operacionalização pelos sistemas de ensino deve potencializar o serviço especializado previsto nos dispositivos das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001, p.42):

“[...] são os serviços educacionais diversificados oferecidos pela escola comum para responder às necessidades educacionais do educando”.

Assim, o serviço de apoio pedagógico especializado requer um sistema colaborativo entre professores que atuam em diferentes funções. Ou seja, aqueles que trabalham em classes comuns, salas de recursos, professores-intérpretes. Nesse caso, a modalidade de ensino Educação Especial passa a assumir dupla função: atender a todos os discentes com necessidades especiais que requerem atendimento educacional e apoiar os docentes sob cuja responsabilidade esses alunos se encontram.

O Decreto Nº. 6.571/2008 em seu § 1º do Art. 1º considera que o serviço especializado assume um caráter complementar e suplementar na realização das atividades diferentes das vivenciadas em sala de aula, mantendo-se de forma articulada com a proposta pedagógica do ensino comum.

Por isso, é importante asseverar que a oferta do AEE na rede de ensino é dever dos órgãos públicos, mas opcional para os educandos. O atendimento deve ocorrer em outro turno, preferencialmente na própria escola em que o aluno está matriculado, ou ainda em centro especializado que realize o atendimento educacional.

Assim, o Município do Jaboatão dos Guararapes possui em sua rede de ensino três dos programas instituídos pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, Diretoria de Políticas de Educação Especial - DPEE: Programa Escola Acessível, Programa Salas Multifuncionais e Programa *Educação Inclusiva: direito à diversidade*.

O Programa *Escola Acessível* objetiva promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. Procura, também, garantir a adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia, bebedouros e mobiliários acessíveis.

O Programa - Salas multifuncionais - tem como finalidade apoiar a organização e a oferta do AEE, prestado de forma complementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular.

Nesse sentido, o sistema público federal disponibiliza às escolas públicas de ensino regular um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de AEE. Coube ao sistema municipal a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos serviços nas salas multifuncionais ou centros especializados; organização dos equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como do professor para atuar no AEE.

No município em foco, algumas escolas são contempladas com o Programa Salas Multifuncionais, desde 2007. Atualmente, tem-se a seguinte distribuição, conforme Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Programa Salas Multifuncionais no Município do Jaboatão dos Guararapes
Jaboatão dos Guararapes, PE, 2012.

Regionais	Nº de escolas
1 - Jaboatão Centro	03
2 – Cavaleiro	05
3 – Curado	01
4 – Muribeca	01
5 – Prazeres	02
6 – Praias	03
7 - Guararapes	01
Total	16

Fonte: Secretária Executiva de Educação

Das dezesseis escolas contempladas com o Programa, somente, duas puderam iniciar efetivamente o atendimento aos educandos com deficiência. No entanto, dessas duas, apenas, uma escola mantém uma organização mais delineada, seguindo as orientações do MEC. A segunda teve o trabalho de atendimento especializado iniciado em uma sala para biblioteca, mas logo em seguida a professora que ministrava o atendimento pediu afastamento para tratamento de saúde. Faz-se necessária a melhoria na infraestrutura e um professor para efetivar os trabalhos da docência.

Nessa rede de ensino, pode-se salientar que os principais empecilhos para a implantação dos serviços especializados estão atrelados à falta de infraestrutura, acessibilidade nas vias públicas e a locação de espaços físicos nas instituições escolares. Outra dificuldade identificada se refere aos materiais enviados pelo MEC dos quais, pela falta de estrutura nas escolas, alguns foram roubados e até mesmo utilizados para outros fins.

No que concerne ao Programa *Educação Inclusiva: direito à diversidade*, este contempla a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas inclusivos.

Em suma, a organização e implantação dos serviços especializados na rede municipal em Jaboatão dos Guararapes têm caminhado de forma bastante tímida. Nos documentos, é possível verificar a intervenção através de medidas inclusivas de cunho paliativo como: a construção de rampas ou aquisição de alguns materiais para os alunos com deficiência visual ou paralisia cerebral. Também a ação imperativa da Justiça, celebrando Termo de Compromisso entre Educação e Ministério Público de PE, a fim de garantir às regionais poderem dispor ao menos de duas escolas com acessibilidade, formação para os docentes e recursos multifuncionais. Assim, a efetivação do princípio da inclusão escolar dos alunos com deficiência no ensino regular com qualidade, ratifica a assertiva de Bueno (2008), ou seja, a educação inclusiva é *um objeto político a ser alcançado*.

Convém ressaltar que houve um diminuto progresso diante dos resultados apresentados nas matrículas dos alunos com deficiência, constatado durante o percorrer deste trabalho, no entanto, há uma crescente quantidade de crianças e jovens, que não participam dos espaços escolares. Nos diversos contextos brasileiros, muitas pessoas adultas com deficiência precisam, no mínimo, ter suas necessidades essenciais atendidas. Além disso, muitos indivíduos têm dificuldades em sua própria constituição de pessoa humana, que, possivelmente, aumentarão as estatísticas desse segmento.

Considerações finais

Em relação à Educação Especial no Município, constata-se que se precisa avançar na ampliação dos atendimentos educacionais e nas políticas voltadas aos alunos com deficiência. Na atualidade, as dificuldades enfrentadas em relação à inclusão dos alunos com deficiência, nas classes regulares, permeiam os seguintes obstáculos: o perfil do profissional de apoio sem

a devida qualificação para o atendimento; a forma como o setor é organizado; o professor da sala regular não tem formação apropriada para o atendimento, por isso não oferece nenhuma assistência aos alunos inclusos; as péssimas condições de trabalho e a interlocução entre AEE e o ensino comum.

Por fim, em Jaboatão dos Guararapes, as políticas de municipais de educação inclusiva configuram o discurso do politicamente correto, uma vez que se coadunam com os ditos legais, proclamados em âmbito federal e estadual para com os princípios inclusivos. No entanto, constatou-se que, apenas, os discursos e implantação do AEE nas escolas não viabilizam a educação inclusiva. Faz-se necessário refletir sobre os mecanismos de acompanhamento diante dos novos projetos da educação inclusiva.

Referências

AINSCOW, M. Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada? In: FAVERO, O; FERREIRA, W. (Org.). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009.

BRASIL. **Lei Nº. 9.394/96**, de 20/12/1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed>>. Acesso em: 22-maio-2012.

_____. **Decreto Nº 6.571/2008**, de 17/09/2008, da Presidência da República, dispõe sobre o atendimento educacional especializado... Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 22-maio-2012.

_____. **Resolução CNE/CEB, Nº 2** de 11/09/2001, CNE e Câmara de Educação Básica, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC: SEESP, 2001.

Disponível em: <portal.mec.gov.br> Acesso em: 12- jun-2014.

_____. **Resolução CNE/CEB, Nº 4** de 02/10/ 2009, CNE e Câmara de Educação Básica, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 12-jun-2014

_____. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão. In: **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação, Brasília, 2010, 73, p.

Disponível em: <mec.gov.br/politicaeducespecial>. Acesso em: 13-jun-2012.

BUENO, J.G.S. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial? In: BUENO, J.G.S.; MENDES, G. M. L; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira e Marin; Brasília: CAPES, 2008.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994.

Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30-ago-2012.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS - **Conferência de Jomtien** – Tailândia, 1990. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.

Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt>. Acesso em: 30-08-2012.

DECLARAÇÃO DE DAKAR, EDUCAÇÃO PARA TODOS - **Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação em Dakar, Senegal, 2000**.

Disponível em: <doc.unesco.org>. Acesso em: 30-08-201.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. PREFEITURA MUNICIPAL, **Censo Escolar, 2012**.

Disponível em: <<http://see.jaboatao.pe.gov.br/dados/Rendimento/Censo2012>>. Acesso em: 02-fev.2013.

_____.SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação - Educação** (2011 – 2020), 2011.

_____.SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO. **Proposta Curricular – Educação**. Jaboatão dos Guararapes-PE: 2011.

_____.SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO. **Jaboatão dos Guararapes: aqui o Brasil aprendeu liberdade**. Agenda de Educação (2012). Jaboatão dos Guararapes PE : 2012.

_____.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **De Raízes a Frutos: na busca de saber viver um programa de Ensino Democrático de 1989 – 1992**. Produção e Organização Oficina do Saber. Maio, 1992.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, E.G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.;MARINS, S. (Org.). **Escola inclusiva**. São Paulo: EDUFSCAR, 2002.